



**III CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

## O EMPODERAMENTO COMO PROCESSO DE CONSCIENTIZAÇÃO E OS SUJEITOS DA EDUCAÇÃO

Lucas Vieira de Lima Silva<sup>1</sup> - *Universidade Regional do Cariri. Crato-CE* Maria Rosângela Dias Pinheiro<sup>2</sup>  
- *Universidade Regional do Cariri. Campus Iguatu-CE.* .

Nilmara Serafim Chagas<sup>3</sup> - *Universidade Regional do Cariri. Campus Iguatu-CE.*

**RESUMO:** Este estudo justifica-se pela necessidade de refletirmos sobre a noção de empoderamento na educação como um importante aliado no processo de formação de sujeitos plenos e emancipados, capazes de perceberem, refletirem e interpretarem sua realidade social no sentido de, individual e/ou coletivamente, produzirem mudanças significativas para a construção de uma sociedade mais humana em que a tônica seja a participação efetiva e engajada dos sujeitos sociais nesse processo. Objetivamos analisar como o empoderamento se constitui processo de conscientização da educação a partir da percepção dos sujeitos da educadores e educandos. Nesse sentido, questionamos: **Como a noção de empoderamento, como processo de conscientização na educação, contribui de maneira destacada na formação cidadã plena e emancipada de seus sujeitos?** Esta pesquisa, de abordagem qualitativa, constitui-se do tipo pesquisa bibliográfica, a qual se materializa através do registro disponível. Decorre de pesquisas anteriores, na verificação de documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizada através de dados ou de categorias já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados, os textos passam a se constituir fontes dos temas a serem investigados. Assim, o pesquisador pode trabalhar a partir dos subsídios dos autores dos estudos analíticos dos textos selecionados. A partir desse estudo, compreendemos que a formação de sujeitos através da educação pode ser melhor empregada a partir do momento em que somos capazes de propiciar condições e ambientes favoráveis à ampliação de poder dos educandos por meio do empoderamento.

**Palavras-chaves:** Empoderamento. Conscientização. Educação. Sujeitos Sociais.

### 1 INTRODUÇÃO

Este estudo justifica-se pela necessidade de refletirmos sobre a noção de empoderamento na educação como um importante aliado no processo de formação de sujeitos plenos e emancipados, capazes de perceberem, refletirem e interpretarem sua realidade social no sentido de, individual e/ou coletivamente, produzirem mudanças significativas para a construção de uma sociedade mais humana e democrática em que a tônica seja a participação efetiva e engajada dos sujeitos sociais

---

<sup>1</sup> Professor Dr. do Curso de Licenciatura em Educação Física da URCA, Campus do Pimenta, Crato-CE. Email: [vieira1silva@hotmail.com](mailto:vieira1silva@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professora Esp. do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Regional do Cariri (URCA), Campus de Iguatu-CE. Email: [rosangelapinhoigt@hotmail.com](mailto:rosangelapinhoigt@hotmail.com)

<sup>3</sup> Professora Esp. do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Regional do Cariri (URCA), Campus de Iguatu-CE. Email: [nschagas@hotmail.com](mailto:nschagas@hotmail.com).



nesse processo de constituição e transformação de suas vidas e da vida dos outros para mais e melhor.

Nesse sentido, objetivamos analisar como o empoderamento se constitui processo de conscientização da educação a partir da percepção dos sujeitos educadores e educandos. Essa análise, certamente, nos oferecerá elementos suficientes e plausíveis para repensarmos uma educação capaz de contribuir na construção social e coletiva do *ser mais*.

O estudo em tela tem como questão central a seguinte inquietação a ser respondida: **Como a noção de empoderamento, como processo de conscientização na educação, contribui de maneira destacada na formação cidadã plena e emancipa de seus sujeitos?**

Acreditamos que a possibilidade de uma educação mais progressista que aponte na direção da formação de sujeitos plenos e emancipados, será possível se adotarmos a noção de empoderamento em nosso cotidiano político-pedagógico.

Esperamos que este estudo possa contribuir de maneira relevante nas reflexões em torno do poder como processo de conscientização no campo da educação, tomando a noção de empoderamento como elemento chave para as reflexões que ensejem a formação de sujeitos críticos e coletivamente autônomos nas decisões que lhes favoreçam uma visão de mundo efetivamente transformadora da realidade social.

## **2 METODOLOGIA**

Esta pesquisa, de abordagem qualitativa, constitui-se do tipo pesquisa bibliográfica, a qual se materializa através do registro disponível. Decorre de pesquisas anteriores, na verificação de documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizada através de dados ou de categorias já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados, os textos passam a se constituir fontes dos temas a serem investigados. Assim, o pesquisador pode trabalhar a partir dos subsídios dos autores dos estudos analíticos dos textos selecionados (SEVERINO, 2007).

Nesse tipo de pesquisa, fizemos leituras e fichamentos de textos, livros e artigos selecionados e retirados de sites especializados que tratam, fundamentalmente, das noções de poder como processo de conscientização e empoderamento. Os procedimentos de ler e fichar os textos selecionados permitiu-nos a construção de um conjunto de textos constitutivos da tese para referendar e embasar, teórica, conceitual e metodologicamente, nossa investigação como um todo.



## **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO: OS SUJEITOS DO EMPODERAMENTO NA EDUCAÇÃO**

### **3.1 AFINAL, O QUE É EMPODERAMENTO?**

São várias as definições conceituais sobre empoderamento. Entretanto, para efeito desse estudo, apoiem-nos em alguns autores que nos ajudam à sua compreensão de maneira mais clara e consistente sobre o termo.

Numa das definições apontadas por Baquero (2012, p. 174), o empoderamento é “[...] um anglicanismo que significa obtenção, alargamento ou reforço de poder.” Essa noção tem sido bastante utilizada em distintas áreas do conhecimento, como a Educação, a Sociologia, a Ciência Política, entre outras, além de se constituir ferramenta de governos e de uma série de outros setores e organizações da sociedade (BAQUERO, 2012). Para Romano (2002, p. 12), inspirando-se em Sem G. (1997), o empoderamento

[...] não é algo que pode ser feito a alguém por uma outra pessoa. Os agentes de mudança externos podem ser necessários como catalisadores iniciais, mas o impulso do processo se explica pela extensão e a rapidez com que as pessoas e suas organizações se mudam, a si mesmas. Nem governo, nem as agências (e nem as ONGs) empoderam as pessoas e as organizações: as pessoas e as organizações se empoderam a si mesmas. O que as políticas e as ações governamentais podem fazer é criar um ambiente favorável ou, opostamente, colocar barreiras ao processo de empoderamento.

O empoderamento é um processo em que as pessoas sejam, por elas mesmas, capazes de se autogerir, a fim de consolidar sua participação nas decisões dos acontecimentos políticos, sociais, culturais etc., os quais lhes dizem respeito. Teixeira (2002, p. 25), apoiada nas interpretações de Vasconcelos (2001), concebe-o como “o aumento do poder pessoal e coletivo de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão e dominação social.” Esse aumento de poder, pessoal e coletivo, contribui para que os sujeitos se superem em suas investidas diante do quadro de exploração e subordinação.

Teixeira (2002) destaca, ainda, a noção de empoderamento como a capacidade/habilidade dos sujeitos de atingirem um promissor patamar de entendimento da realidade, além de um controle sobre suas forças pessoais, sociais, econômicas e políticas, em condições de agir visando à melhoria da qualidade de vida.



O empoderamento pode ser entendido, ainda, como processo e como resultado. Nesse caso, entende-se que ele brota de um processo de ação social em que os “[...] indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade pessoal e social [...]” (BAQUERO, 2012, p. 181), permitindo as transformações necessárias de relações sociais de poder no meio em que vivem.

Nesse entendimento, a noção de empoderamento à qual estamos nos referindo é aquela que permite ou envolve um processo de *conscientização* (no sentido freireano da palavra, como veremos mais adiante), consubstanciado numa relação dialética do sujeito com o mundo. Mas, para tanto, é necessário que esse mesmo sujeito seja capaz de, em condições propícias, entender e refletir concretamente sobre sua realidade (e a partir dela) sem que outros manipulem seus próprios interesses.

### 3.2 OS SUJEITOS LEGÍTIMOS DO EMPODERAMENTO

Os sujeitos legítimos do desenvolvimento são os empoderados e os desempoderados. Entretanto, no processo de empoderamento há uma posição favorável pelo progresso desses últimos, haja vista disporem de algum grau de poder para reagir diante da opressão, da exploração, da discriminação, do preconceito, da pobreza e da exclusão social.

Não é possível compreender efetivamente a vida de qualquer processo de desenvolvimento se não levarmos em conta essas duas categorias envolvidas no campo do empoderamento. Nesse contexto, é preciso percebê-las de forma dialética. Ambas as categorias agem mutuamente, uma interferindo na outra constantemente. Nesse contexto, ver a pobreza como um estado de desempoderamento é sugerir a hipótese de que os sujeitos e os grupos pobres não apresentam poder satisfatório para aperfeiçoar suas condições “[...] nem a sua posição nas relações de poder e dominação nas quais estão inseridos. Isto é particularmente destacável no caso dos grupos mais desempoderados e vulneráveis [...]” (ROMANO, 2002, p. 19).

O empoderamento não se vincula a qualquer tipo de teorização ou contexto que o embase a partir de uma posição neutra. Sua relação com uma posição positivista e tradicional é inconciliável. Isso ocorre porque o empoderamento apresenta um posicionamento ideológico declaradamente definido, voltado para os interesses dos desfavorecidos social e economicamente. Se o



empoderamento representa uma forma de os sujeitos, individual e/ou coletivamente, alcançarem autonomia e emancipação por meio de um exercício permanente do poder (para, com e de dentro) de que dispõem para se empoderarem, a noção de poder a ser seguida é aquela em que coloca as pessoas – principalmente as desempoderadas – no centro do processo de empoderamento. Significa eleger aquele poder que permite o desenvolvimento das capacidades manual, intelectual, crítica, criativa, comunicativa, humana, afetiva, de expressão e manifestação dos sentimentos, anseios e inquietações que precisam ser estimulados.

### 3.3 EMPODERAMENTO COMO PROCESSO DE CONSCIENTIZAÇÃO

O empoderamento precisa ser pensado, portanto, numa perspectiva do aumento da *conscientização*, pois ela é ou leva os sujeitos a uma forma de empoderamento que favorece maior desenvolvimento da consciência crítica para se opor e combater todo tipo de opressão que impede os sujeitos pobres e excluídos de exercerem plenamente sua *vocação para a liberdade* (COMBLIN, 2005) e viverem, constantemente, *buscando sua liberdade* (COMBLIN, 2007) arbitrariamente negada pelos desmandos dos *deuses do dinheiro*.

Assim, na compreensão teológica desse autor, os sujeitos passam a se empoderar à medida que lutam contra o *pecado* da ganância e da concentração imoral da renda *obtida* pelos grandes especuladores financeiros que contribuem para a brutal desigualdade social, e, por conseguinte, para a *morte* de muitos dos explorados. Os explorados e oprimidos, por sua vez, ao *agir e reagir* contra esse tipo de violência, estão desencadeando um processo de empoderamento para a *preservação da vida* e para a distribuição das riquezas que é de todos, mas apenas alguns, tomado por um *ideal individualista*, insistem em mantê-la em seu poder como algo natural. Entretanto, Comblin (2007, p. 55) nos ensina que

há seres fortes, poderosos e outros sem força e sem poder, como resultado de ações humanas. Há seres humanos que subordinam outros seres humanos e os obriga a viver ao seu serviço. São ações humanas que fazem com que haja dominadores e dominados. A natureza, pois, não explica tudo.

Nesse caso, o autor mostra-nos a desigualdade entre os homens como um fenômeno edificado socialmente. Não se trata de uma questão natural, como alguns querem que pensemos.



Nesse sentido, de posse dessa compreensão, somos convidados a tomar *consciência* da necessidade de agir no sentido de combater a desigualdade e preservar a vida de todos, do coletivo. “Viver é agir, produzir, mudar o mundo em que estamos mergulhados, uma vez que essa ação nos torna criadores, autores de nós mesmos” (COMBLIN, 2007, p. 57). Apenas a fala não basta. É necessária a ação consciente e engajada de todos para a transformação da realidade, visando preservar a vida na terra como consequência da luta dos *movimentos de libertação* pela *liberdade* dos desempoderados, dos *despossuídos do mundo*.

### 3.4 EMPODERAMENTO: PROCESSO DE CONSCIENTIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO

No campo da educação, Paulo Freire foi o estudioso que mais contribuiu para as discussões em torno da temática do empoderamento. As proposições apresentadas em seus livros, como *Pedagogia do Oprimido* (2011), *Ação Cultural Para a Libertação* e *Ouros Escritos* (2011) e *Conscientização* (1979), além de outros ensaios publicados que podem subsidiar a discussão, permitem-nos encontrar, em sua linha de raciocínio, elementos significativos da ideia de empoderamento. Esse autor é, portanto, o educador, o pesquisador, o teórico da educação, e cuja produção intelectual traz a noção clara e efetiva de empoderamento, isto é, o empoderamento de *classe social*, em que o diálogo, despido de vaidades e hierarquias intelectuais, é a tônica dessa pedagogia progressista, humanizante e revolucionária. Ao tencionar um paralelo entre o entendimento de empoderamento e a teoria de Paulo Freire (2011), constatamos que sua produção teórica se constitui, na educação, a maior referência no que diz respeito às ideias dessa noção. Portanto, o empoderamento, em seu sentido transformador, está fortemente presente em suas ações e reflexões como educador e pesquisador<sup>4</sup>.

Assim, no campo da educação popular, esse autor foi o estudioso brasileiro que mais se dedicou às questões sobre como os sujeitos podem se empoderar por meio de suas ações e reflexões conscientes. Sua contribuição materializou-se indelevelmente, também, em vivências e experiências concretas com a realidade, sobretudo porque suas proposições sinalizaram para um processo ensino e aprendizagem com vistas à conscientização de educadores e educandos como sujeitos ativos e engajados na construção e na descoberta permanente do conhecimento, permitindo-lhes interpretar e decifrar os *códigos* e perceber os *mitos* relativos aos interesses do sistema opressor dominante.

---

<sup>4</sup> Algumas contribuições importantes sobre Paulo Freire, como o autor do empoderamento em seu sentido transformador, podem ser encontradas em Valoura (2005).



Aprender e ensinar a como descodificar e desmitificar as práticas e os discursos da opressão e de seus opressores foi uma de suas principais metas para o processo de libertação dos oprimidos. Em sua proposição, evidencia-se, essencialmente, a ideia de empoderamento, não no sentido individual nem comunitário, tampouco social, mas de *classe social*, conforme aponta Baquero (2012), ao se referendar nos estudos de Freire e Shor (1986). A partir da tomada de um processo de *conscientização*, os oprimidos passam a compreender sua realidade, saindo de uma percepção ingênua e se distanciando dela para objetivá-la e retornar a ela e, assim, percebê-la de maneira mais lúcida e crítica visando transformá-la.

Segundo Paulo Freire (1991, p. 112), “a conscientização é o aprofundamento da tomada de consciência.”, de maneira que sem aquela não existiria a possibilidade da referida tomada. Porém, acrescenta o mesmo autor “[...] nem toda tomada de consciência se alonga obrigatoriamente em conscientização” (FREIRE, 1991, p. 112). Trata-se, portanto, de um processo de conhecimento desenvolvido na relação dialética *homem-mundo*, percebendo-se no mundo num ato de ação-reflexão, o correspondente a práxis propriamente dita (FREIRE, 1979) em que não existe teoria sem prática nem prática sem teoria.

Nesse caso, para Baquero (2012, p. 181), “conscientizar não significa manipular, conduzir o outro a pensar como eu penso; conscientizar é *tomar posse do real*, constituindo-se o olhar mais crítico possível da realidade [...]”, envolvendo um distanciamento do real para poder objetivá-lo na essência de suas relações [grifo nosso].

Paulo Freire (2011) coloca-se favorável ao processo de empoderamento de classe social e não de natureza individual, por acreditar na libertação como ato social em oposição à ideia de *autolibertação*. De fato, de acordo com Freire (2011, p. 97), “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”. Esse libertar-se coletivo seria fruto das ações coletivas desenvolvidas e realizadas por todos aqueles esperançosos e engajados no processo libertador.

Na perspectiva freireana, “[...] o empoderamento individual, fundado numa percepção crítica sobre a realidade social, é fundamental, mas tal aprendizagem precisa ter relação com a transformação mais ampla da sociedade” (BAQUERO, 2012, p. 181). Assim, essa nova liberdade na aprendizagem deve ser usada a favor e a partir dos oprimidos, e não, dos opressores e deve ser relacionada a outros esforços de transformação da sociedade.

Essas proposições de Paulo Freire dão, na verdade, o sentido e significado do empoderamento na educação, razão por que os sujeitos, por meio da educação, entendem-se como



homens no mundo, como sujeitos históricos e capazes de transformar a sua realidade. A partir do momento em que os sujeitos são percebidos e se percebem no contexto da educação como sujeitos – e não, como meros objetos de educadores autoritários, donos da verdade – passam a ser capazes de perceber sua injusta realidade opressora, sentindo-se instigados a modificá-la.

Freire, ao propor uma pedagogia voltada para os interesses dos oprimidos, rompe com as posturas autoritárias e conservadoras adotadas pela *educação bancária*, que vê os sujeitos como coisas, como *caixas vazias* que precisam ser preenchidas com uma série de conteúdos, que deverão ser memorizados e reproduzidos quando necessário.

Esse rompimento paradigmático de educação permite que educadores e educandos deixem de ser tratados como meros objetos manipuláveis pelo sistema opressor e se percebam como sujeitos pensantes, reflexivos e autônomos, capazes de se libertarem entre si. A proposição é, realmente, a de se pensar numa educação libertadora, progressista, que considere os educandos como sujeitos ativos do (no) processo e que não apenas aprendem ou absorvem conteúdos, conhecimentos científicos e sistematizados trazidos pelo professor para a escola, para a sala de aula.

Num processo de ensino e aprendizagem em que, ao mesmo tempo, educadores são educandos e educandos educadores – e nesse sentido, todos ensinam e aprendem ao mesmo tempo – propõe-se uma metodologia de trabalho baseada no *diálogo* e na relação horizontalizada em que as hierarquias entre os envolvidos não devem prevalecer. Nesse contexto, estabelece-se o diálogo consciente, crítico e criativo, mostrando que o conhecimento não é algo preestabelecido ou pré-dado, mas um fenômeno que se constrói na relação dialógica, horizontalizada e problematizadora das questões que precisam ser pensadas e percebidas através de uma realidade concreta vivida e experimentada por *educandos-educadores* e *educadores-educandos*, porque “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2011, p. 136).

Conceber os educandos como sujeitos, considerando suas experiências e vivências trazidas de suas realidades, é, na percepção de Paulo Freire (1991), o ponto de partida para se avançar em níveis elevados de um entendimento mais amplo e clarividente da realidade. E nessa relação, nesse confronto do conhecimento sistematizado da sala de aula com os saberes de *experiência feito* (FREIRE, 1991) dos alunos, é possível se conquistarem avanços substancialmente plausíveis à transformação social.

Assim, a relação entre conhecimento sistematizado proposto pelo professor e o *saber de experiência feito* dos alunos são confrontados no sentido de criar e recriar novas leituras sobre os



conteúdos trabalhados em sala de aula, de forma que todos, ao mesmo tempo, aprendam e ensinem, crítica e criativamente, em direção ao processo de libertação humana.

Ao tomar consciência de sua presença no mundo e de sua capacidade de perceber e modificar sua realidade, os sujeitos passam a se sentir capazes de vislumbrar caminhos e estratégias ao alcance de sua emancipação social, política e cultural. Percebem ou descobrem – juntos e mediatizados pelo mundo – seu poder de ir mais além do que não imaginariam.

Nesse contexto, a educação disporia de um tipo de empoderamento capaz de abranger um processo de conscientização, permitindo a passagem de um pensamento ingênuo para uma consciência crítica do mundo. Porém, isso não ocorre no vazio, “[...] numa posição idealista, segundo a qual a consciência muda dentro de si mesma, através de um jogo de palavras num seminário” (BAQUERO, 2012, p. 181), mas na percepção coletivamente consciente daqueles em processo de conscientização da realidade social.

Trata-se de uma proposição voltada na perspectiva da vocação do *ser mais*, situação em que, numa proposta pedagógica opressora, tal possibilidade jamais se materializaria, pois sua vocação é a do *ser menos*. Essa impossibilidade fica evidente pelo fato de não existirem, nesse tipo de educação desumanizante, condições favorecedoras para que isso ocorra, sobretudo por sua natureza castradora, mecanicista, autoritária e conservadora de um modelo de educação colocada para os interesses de perpetuar e manter o sistema dominante, em detrimento da educação pautada nos processos democráticos que humanizam, conscientizam e libertam os sujeitos socialmente desfavorecidos no processo. Por esse motivo é que Paulo Freire propôs a Pedagogia do Oprimido (2011), e não, uma pedagogia para os oprimidos. Uma pedagogia deles, construída por eles para a sua libertação e a dos opressores. Não existe a possibilidade de libertação por meio dos opressores, porque não são capazes de fazer com que os sujeitos possam *ser mais*. O *ser mais* é vocação do oprimido.

No opressor, o oprimido não se hospeda, pois, nele, hospeda-se o opressor. E os oprimidos, nesse processo de opressão, sabem quais são as intenções do opressor. Com isso, o oprimido é capaz de exorcizar, expulsar, através de uma pedagogia do oprimido, esse opressor que existe dentro dele. A possibilidade de mudar, de revolucionar ou de transformar a realidade dar-se-á pelos oprimidos com uma pedagogia permanentemente construída e experimentada por eles. E o elemento básico dessa pedagogia é, fundamentalmente, o *diálogo*. Não um diálogo qualquer, mas o diálogo, crítico e consciente, que corrobora a transformação e libertação dos sujeitos oprimidos, como referimos neste estudo.



O empoderamento de Paulo Freire é o que percebe os sujeitos do processo – educadores e educandos – como habilitados e em condições suficientes, devido às possibilidades de perceber, entender e refletir criticamente sobre sua cruel realidade de opressão e de desvantagem social, política e econômica, visando modificá-la radicalmente em benefício da libertação de todos, inclusive dos que oprimem. Portanto, temos aí a percepção clara de que o poder transita, também, entre os oprimidos, em suas interações e relações sociais. E ao tomarem consciência desse poder de que usufruem em suas relações cotidianas, e instigados e incentivados a perceber e a exercitar esse poder de que dispõem, podem e são capazes de ampliá-lo no sentido de alcançar os objetivos pretendidos no processo de empoderamento *ligado à ideia de classe social* (FREIRE; SHOR, 1986).

O despertar da consciência crítica no empoderamento contribui não apenas para os sujeitos descobrirem que são dotados de poder, mas também para perceberem suas efetivas condições de transformar a realidade. Buscar-se-iam, com isso, formas de empoderamento cada vez mais consistentes por meio do desenvolvimento das potencialidades de que dispõem.

## 5 CONCLUSÃO

O objetivo central desta pesquisa foi o de analisar como o empoderamento se constitui processo de conscientização da educação a partir da percepção dos sujeitos educadores e educandos. Essa análise, certamente, nos ofereceu elementos suficientes e plausíveis para repensarmos uma educação capaz de contribuir na construção do sujeito cidadão pleno e emancipado por meio de um sentimento coletivo que o leve a *ser mais e melhor*.

A partir desse ponto, propusemos apresentar nossas considerações em torno da compreensão de que a formação de sujeitos através da educação pode ser mais bem empregada e desenvolvida a partir do momento em que, como educadores, seremos capazes de propiciamos condições e ambientes para a ampliação de poder dos educandos a partir da noção de empoderamento apontada na literatura pesquisada.

Assim, considerando o que expusemos nessas considerações finais, acrescentamos, ainda, que não intencionamos exaurir o assunto em pauta, mas trazer mais uma contribuição sobre o tema aqui tratado, levantando novas maneiras de se compreenderem os estudos sobre o poder como processo de conscientização e o empoderamento como elemento indispensável no contexto de uma



educação transformadora. Ao finalizar esta investigação, preocupamo-nos em apresentar considerações bem mais provocativas do que oferecer uma proposta conclusiva e definitivamente irrefutável sobre o tema.

Em síntese, esperamos que esta pesquisa possa contribuir para o surgimento de novos trabalhos que apontem outras proposições e possibilidades investigativas sobre empoderamento, por meio do qual educadores e educandos sejam capazes de criar ambientes férteis para a emancipação de sujeitos cada vez mais empoderados através da educação.

Esse nosso entendimento reside no fato de que precisamos rever e, quiçá, trabalhar, num futuro bem breve, abordando outros enfoques, que nos permitam redimensionar as questões aqui aventadas.

## REFERÊNCIAS

BAQUERO, Rute Vivian Ângelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? Uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 173-187, jan.-abr. 2012.

COMBLIN, José. **A vida: em busca da liberdade**. São Paulo: Paulus, 2007.

\_\_\_\_\_. **Vocação para a liberdade**. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 39. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. **A Cultura para a liberdade e outros escritos**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. **A Educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. **Conscientização**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ROMANO, Jorge O. Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta (Orgs.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

SEM, G. Empowerment as na Approach to Poverty. In: **informe de desenvolvimento humano**. pnud, 1997. (documento base).



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TEIXEIRA, Mirna Barros. **Empoderamento de idosos em grupos de promoção da saúde**. 2002. 144 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Fiocruz, ENSP, Rio de Janeiro, 2002.

VALOURA, Leila de Castro. **Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo empoderamento em seu sentido transformador**. Instituto Paulo Freire, 2005.

VASCONCELOS, E. M., 2001. “**A proposta de empowerment e sua complexidade**: uma revisão histórica na perspectiva do Serviço Social e da saúde mental” In: Revista Serviço Social & Sociedade: seguridade social e cidadania. Ano XXII; 65:5-53.